

VÁGNER CAMILO ALVES  
WILLIAM DE SOUZA MOREIRA  
JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO  
(ORGANIZADORES)

**A DEFESA E A SEGURANÇA  
NA AMÉRICA DO SUL**

MERCADO<sup>®</sup>  
LETRAS

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . . . . .	7
INTRODUÇÃO . . . . .	11
<b>CONFERÊNCIA</b>	
A ABED E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE DEFESA E SEGURANÇA . . . . .	15
<i>Eurico de Lima Figueiredo</i>	
<b>DEFESA, ACADEMIA E HISTÓRIA MILITAR</b>	
METODOLOGIAS DE SIMULAÇÃO APLICÁVEIS NA CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A DEFESA NACIONAL . . . . .	29
<i>Maria José Machado de Almeida</i>	
DE PRÁTICA DESPORTIVA PARA SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: AS TRANSFORMAÇÕES DAS SOCIEDADES DE TIRO BRASILEIRO . . . . .	41
<i>Selma Lúcia de Moura Gonzales</i>	

## **A COMUNIDADE SUL-AMERICANA NA ÁREA DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

OS DESAFIOS DA CRIAÇÃO DO CENTRO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS ( CSEED-UNASUL) E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL . . . . .	59
<i>Alberto Montoya C. Palacios Jr.</i>	

SOBERANIA E ESTUDOS ESTRATÉGICOS: POR UMA AGENDA DE PESQUISA . . . . .	75
<i>Frederico Carlos de Sá Costa</i>	

## **GUERRAS DE QUARTA GERAÇÃO**

AS FALÁCIAS EM TORNO DA PROPOSTA DE GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO . . . . .	91
<i>Érico Esteves Duarte</i>	

BASES DE UM DILEMA: AS PERCEPÇÕES MILITARES BRASILEIRAS SOBRE O ACORDO MILITAR COLÔMBIA – ESTADOS UNIDOS E SUAS INTERCONEXÕES COM AS GUERRAS DE QUARTA GERAÇÃO . . . . .	103
<i>Adriana A. Marques e Oscar Medeiros Filho</i>	

O DISCURSO DAS “NOVAS GUERRAS” NA AMÉRICA DO SUL: SECURITIZAÇÃO E LEGITIMIDADE . . . . .	125
<i>Martino Gabriel Musumeci</i>	

SEGURANÇA REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL: DE ROTA MARÍTIMA À BACIA ESTRATÉGICA? . . . . .	141
<i>Eli Alves Penha</i>	

## **CERCEAMENTO TECNOLÓGICO – INDÚSTRIA DE DEFESA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E POLÍTICA INTERNACIONAL**

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO – UMA ANÁLISE DO TNP E DA END . . . . .	159
<i>Mariana Oliveira do Nascimento Plum</i>	

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O IMPACTO DA CAPACIDADE  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO PODER NACIONAL . . . . . 173  
*Nathalie Torreão Serrão e Waldimir Pirró e Longo*

O INCENTIVO À INDÚSTRIA DE DEFESA COMO POLÍTICA  
INDUSTRIAL: UMA APRECIÇÃO DAS INICIATIVAS DO GOVERNO  
LULA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA INTERNACIONAL . . . . 187  
*Alex Jobim Farias*

BASE INDUSTRIAL DE DEFESA: DO CERCEAMENTO  
TECNOLÓGICO À DIPLOMACIA DE DEFESA . . . . . 197  
*Peterson Ferreira da Silva*

### **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MILITAR**

POLÍTICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR Y TRANSFORMACIONES DE LOS  
INSTITUTOS MILITARES EN LA ARGENTINA (DE 1990 AL PRESENTE) . . 215  
*Sabina Frederic e Germán Soprano*

HIERARQUIA MILITAR: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
DE CADETES DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA . . . . . 235  
*Marta Maria Telles e Celso Pereira de Sá*

### **ESTUDOS ESTRATÉGICOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: NOVAS AMEAÇAS E NOVAS ABORDAGENS**

CONTRIBUIÇÕES DE BARRY BUZAN PARA A EVOLUÇÃO  
DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS PÓS-GUERRA FRIA: DINÂMICA  
ARMAMENTISTA, POLARIDADE E A *REGIONAL SECURITY*  
*COMPLEX THEORY* . . . . . 249  
*Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior e Antonio Henrique Lucena Silva*

OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL COMO  
SUBCAMPO DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
AS PRINCIPAIS ABORDAGENS NO PÓS-GUERRA FRIA . . . . . 263  
*Erwin Pádua Xavier e Marrielle Maia Alves Ferreira*

NORBERTO BOBBIO E O LABIRINTO DA POLÍTICA INTERNACIONAL . . . . .	277
<i>Renato Petrocchi</i>	
CONCEPÇÕES DE AMEAÇA AO ESTADO BRASILEIRO: UMA LEITURA ATRAVÉS DAS REVISTAS MILITARES (1998 - 2007) . . . . .	289
<i>Lício Caetano do Rego Monteiro</i>	
A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA EUROPEIA E O REGIME DE NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR . . . . .	305
<i>Marcos Valle Machado da Silva</i>	
A SECURITIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: ATORES E AGENDAS . . . . .	321
<i>Oswaldo Peçanha Caninas</i>	
SOBRE OS AUTORES . . . . .	349

## APRESENTAÇÃO

A temática Defesa parece finalmente ter ocupado seu lugar no seio da comunidade acadêmica. Isso decorre, em grande medida, da própria conjuntura histórica em que vivemos.

A consolidação da democracia e das instituições republicanas passa, inevitavelmente, pela maior participação da sociedade nos debates sobre a defesa nacional e, naturalmente, pelo protagonismo do poder político na formulação do pensamento estratégico e no controle das forças armadas. A criação do Ministério da Defesa e seu lento, mas constante, processo de fortalecimento político, é notável. A recente Estratégia Nacional de Defesa, publicada em fins de 2008, é mostra desse amadurecimento institucional.

*Pari passu* com o fortalecimento das instituições políticas nacionais houve um contínuo e estável crescimento econômico no país durante toda a última década. Soma-se a esse crescimento medidas para real distribuição de renda e gradativa eliminação da disparidade social existente. O panorama econômico-social projetada, assim, um papel muito mais destacado do Brasil no cenário internacional a médio e mesmo curto prazos.

Há, portanto, um círculo virtuoso e interativo entre crescimento econômico, distribuição de renda, institucionalização democrática e reformulação do poder militar no Brasil. Nesse cenário, o meio acadêmico não poderia ficar de fora, como, de fato, não ficou.

Em fins de 2005 foi criada a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Menos de dois anos depois foi promovido o primeiro Encontro Nacional da associação. Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, bem como de todas as regiões do país, fizeram-se representar. Foi tal a quantidade e qualidade dos textos que a direção da ABED resolveu editar um volume com os melhores trabalhos escritos. Desde então, a cada ano, seguindo a realização do Encontro Nacional, uma comissão editorial é designada para selecionar os melhores artigos que comporão a coletânea de trabalhos do evento. Esse foi o desafio que nos coube durante os últimos nove meses. Selecionar o que de melhor se apresentou no IV ENABED.

O encontro ocorreu entre 19 e 21 de julho de 2010, na Universidade de Brasília (UNB), Distrito Federal. Ele contou dessa vez, com patrocínio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). As falas durante o evento foram da ordem da centena, passando por conferências de autoridades a exposições de professores seniores. Como candidatos à publicação na coletânea, entretanto, só foram aceitos trabalhos científicos inéditos escritos e que estiveram presentes em exposição oral no encontro. Distribuídos entre 12 Sessões Temáticas, 68 textos concorreram à publicação. Como sempre ocorre, e a cada ano mais e mais, a qualidade dos trabalhos e a limitação de páginas do livro nos obrigou a um não invejável exercício de escolha. Além do aspecto qualitativo, foi necessário também, durante a seleção, não deixar de fora as várias temáticas que um encontro dessa natureza abriga.

Eis, então, o livro. Ele é composto por vinte artigos, pequena e qualificada mostra do que hoje se pesquisa e produz na área de Defesa no Brasil. Há de textos sobre nossa história militar a discussões acerca da relação entre capacidade científica e poder nacional; de reflexões sobre conceitos estratégicos atuais a análises estratégicas sobre temas de relações internacionais; de estudos sobre educação no âmbito militar a debates sobre o pensamento filosófico a respeito da guerra e da paz. Abrindo a coletânea reproduzimos também a conferência feita pelo Prof. Eurico de Lima Figueiredo, então presidente da ABED, que resume um pouco a história da Associação e os caminhos futuros dos estudos sobre Defesa no Brasil.

Esperamos dar aos leitores uma ideia da pujança da produção acadêmica nacional nos mais diversos temas que conformam a área de Defesa. A sociedade, por intermédio de suas universidades, centros de pesquisa e escolas de altos estudos militares está respondendo intelectualmente à demanda nacional por conhecimento na área. Este livro espelha isso.

*Os organizadores*

## INTRODUÇÃO

*Antonio Jorge Ramalho da Rocha, UnB*

A primeira década do século XXI testemunhou importantes rearranjos estruturais na esfera internacional, o que produziu, em 2010, um ambiente complexo e multifacetado. A interdependência se aprofundou em todas as suas dimensões, o que impõe às comunidades políticas responsabilidades maiores na produção concertada da governança global. Cada Estado nacional depende mais de suas interações externas para realizar objetivos domésticos que antes podiam se apresentar, pelo menos no campo conceitual, como assuntos internos. Em consequência, as relações políticas tradicionais também adquiriram, por assim dizer, dimensões internacionais.

Nesse contexto, ampliaram-se as incertezas no ambiente estratégico global, tornando-se críticas em certas regiões. Rearranjos estruturais manifestaram-se no plano da segurança, da institucionalização de cada Estado para responder a desafios como a proteção de seus cidadãos contra ameaças irregulares e da adesão a valores fundamentais, a exemplo da proteção dos direitos humanos. Ao cabo, observam-se mais zonas cinzentas do que claras definições de funções a serem desempenhadas por governos, organizações regionais,

organismos internacionais ou simples arranjos políticos fragilmente articulados em torno de ideias de ação coletiva em face de desafios comuns.

Com efeito, o próprio referente básico das questões de segurança, o Estado nacional, hoje divide a atenção de especialistas com os indivíduos cuja integridade governos constituídos não logram assegurar. A legitimação de ações internacionais orientadas por conceitos como “responsabilidade de proteger” e “proteção de civis”, ilustra essa coexistência entre processos políticos internacionais, no sentido tradicional do termo, e globais (ou mundiais), que realçam a natureza cosmopolita de relações entre os cidadãos e as distintas instâncias de autoridade a que eles devotam obediência. Ao cabo, sobrepõem-se lealdades políticas que, em interação, redefinem, em diferentes espaços, os termos da convivência entre indivíduos e as comunidades em que eles se organizam, bem como os dessas comunidades entre si. A regulação apropriada dessas relações constitui condição para se evitar conflitos e para se promover a segurança e o bem-estar dos cidadãos e suas comunidades políticas na espécie de espaço público global em que se transformou o mundo em que vivemos.

Nesse contexto, o Brasil enfrenta novos desafios e busca realizar objetivos estratégicos que vão muito além da tradicional proteção de suas fronteiras. A relação entre Defesa e desenvolvimento coloca-se, pois, de modo marcante, no marco da Estratégia Nacional de Defesa, e a preocupação com o entorno estratégico nacional ganhou relevância. O debate sobre a segurança internacional, seus impactos na América do Sul e a defesa nacional do Brasil ganhou densidade. Novas gerações de civis e militares hoje discutem as prioridades das políticas externa e de defesa nacionais, bem como a necessidade de se ampliar a harmonia entre esses tradicionais instrumentos de nossa interação com o mundo. Trata-se de evolução muito bem-vinda, já que os jovens serão os principais beneficiários das decisões a serem tomadas pelo Estado brasileiro nesse domínio.

Tão importante quanto o envolvimento dos jovens nessas discussões, marcante no IV ENABED, contudo, tem sido o caráter intergeracional desse debate. As sessões temáticas em que se organizaram as discussões dos integrantes da Associação efetivamente reuniram pesquisadores com diferentes graus de experiência: de mestrandos, escrevendo com seus orientadores, a pesquisadores de renome internacional. Os trabalhos apresentados observaram também diversas origens geográficas, favorecendo um debate verdadeiramente nacional sobre as questões de segurança e defesa na América do Sul, tema geral do evento.

A riqueza proporcionada aos debates pela diversidade no tempo e no espaço serviu a contextualizar o que o Encontro teve de melhor: a ampla variedade de temas, com densidade no tratamento das questões específicas. O livro que o leitor ora tem em mãos registra essa característica tão preciosa, relativamente incomum em eventos nacionais. Assuntos tradicionalmente examinados no âmbito dos estudos estratégicos, como as percepções militares, a construção de uma base industrial de defesa e processos de securitização, dividiram a atenção dos pesquisadores com assuntos recém-chegados à agenda brasileira de análise estratégica, como o cerceamento tecnológico e seu papel como fator de poder nacional, isto é, como instrumento a serviço do Estado brasileiro para exercer influência no ambiente internacional. Tampouco faltaram estudos sobre regiões específicas, como a Amazônia e o Atlântico Sul, que integram entorno estratégico brasileiro, e a União Europeia, cuja estratégia de segurança produz implicações para a nossa inserção no cenário internacional de segurança.

Discutiram-se, ainda, preocupações aparentemente à margem da imediata atenção dos responsáveis pela promoção da defesa nacional, como a relação com o Irã (e suas implicações para o regime de não-proliferação nuclear) e, por sua especificidade, assuntos como a representação de conceitos de hierarquia militar em escolas específicas, a influência de filósofos como Bobbio sobre a representação da política internacional, a construção de concepções de ameaça ao Estado brasileiro nas revistas militares e a evolução histórica das sociedades de tiro.

Essa diversidade não impediu que a comunidade se debruçasse também sobre si mesma: de um lado, examinaram-se, em linhas gerais, as dimensões em que se manifestam ameaças reais ou potenciais, bem como a evolução dos estudos de segurança internacional no contexto mais amplo do campo de estudos das Relações Internacionais; de outro lado, exploraram-se agendas de pesquisa e métodos aplicáveis ao esforço de capacitar profissionais para gerir a defesa nacional.

Em síntese, o IV ENABED marcou-se pela diversidade, quer com relação aos temas debatidos, quer com respeito à origem e à formação dos pesquisadores que ofereceram o melhor de seus achados ao propósito de prover a sociedade brasileira dos conhecimentos necessários a bem conduzir os assuntos atinentes à promoção de sua defesa. Esse propósito, que irmanou os associados da ABED na realização do Encontro, agora orienta os esforços dos

organizadores deste livro, que materializa a difusão dos conhecimentos produzidos no âmbito da Associação. O leitor que o desfrutar terá o privilégio de aprender com artigos cuja elaboração dos argumentos se harmoniza com agradáveis formas de estilo, conferindo prazer à leitura.

Assim, pouco a pouco, agradecidos à Secretaria de Assuntos Estratégicos e à Marinha do Brasil, que tornaram possível este Encontro, os associados à ABED oferecemos nossa contribuição à proteção de nossa sociedade e ao aperfeiçoamento de nossa defesa nacional.

**CONFERÊNCIA**  
A ABED E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE  
SUL-AMERICANA DE DEFESA E SEGURANÇA

*Eurico de Lima Figueiredo*  
Presidente da ABED

Esta é a minha última intervenção pública como Presidente da nossa ABED, cumprindo mandato de dois anos. Vou dividi-la em duas partes. Na primeira, proporei breve apanhado do que se realizou no período em tela em prol de nossa comunidade. Na segunda, tecerei algumas considerações sobre o nosso Encontro e a sua temática, “A Defesa e a Segurança na América do Sul”. Permitir-me-ei, nesse segundo segmento, lançar algumas ideias próprias, como pesquisador da área, antes do que como dirigente institucional. As opiniões expressas serão, assim, de minha inteira e única responsabilidade, não refletindo qualquer posicionamento oficial de nossa entidade.

No dia 31 de maio de 2008, lançado o pleito eleitoral para sucessão da primeira diretoria da ABED, os atuais dirigentes enviaram aos associados da ABED “carta de intenções” dando conta, por assim dizer, do seu “programa de ação”. Findo o mandato, creio ser oportuno, mantendo-se a preocupação com a

síntese, e a guisa de retrospecto crítico, retomar o que se propôs, em uma espécie de sumária “prestação de contas”.

Reconhecendo os méritos e realizações da primeira diretoria, que teve a frente o professor João Roberto Martins Filho, meu querido colega, a atual diretoria ao se lançar ao crivo eleitoral de seus associados, propôs dez pontos para o governo da ABED. Divisou-se como meta o incremento do intercâmbio entre os associados em todo o Brasil, logrando-se maior representatividade de nossa comunidade. Considerou-se a necessidade de ampliar-se o quadro dos sócios, aumentando o raio de atuação da ABED, principalmente junto às novas gerações. Declarou-se o intuito de consolidar a comunicação entre a Associação e as entidades congêneres e com o próprio Estado. Firmou-se a necessidade de se estreitar os laços de comunicação com as agências de fomento nacionais e estaduais. Salientou-se a importância de se dispor de melhores meios de comunicação entre a ABED e seus associados, a comunidade de pesquisadores, as agências de fomento, a classe política e, de resto, com a sociedade como um todo. Do ponto de vista propriamente operacional ou gerencial, indicou-se a adoção de administração ágil e cada vez mais presente junto à comunidade. Posso adiantar que, se o elenco de expectativas não se cumpriu totalmente, em significativa proporção ele foi devidamente satisfeito.

A definição dos nomes que compõem a nova diretoria, resultado de conversação em âmbito nacional, mostra bem como se foi capaz de garantir representatividade a cada região do país. Se a primeira diretoria centrou-se na região sudeste e a seguinte, além do sudeste, expandiu-se para o sul, a de agora conta com colegas do sul e do sudeste, do centro-oeste e do nordeste, faltando apenas, agora, representação do norte. Isso demonstrou nossa capacidade de mobilização da comunidade, o que não é fácil, em se tratando de país de dimensões continentais. Os encontros nacionais, nesse aspecto, cumpriram papel essencial, permitindo a troca de experiências e expectativas em termos pessoais e institucionais. Visando promover nossa aproximação junto aos alunos da pós-graduação, sem o que não se poderá crescer no futuro, a ABED remocou-se. Os alunos da pós-graduação formam, agora, a maioria do nosso quadro de associados, experimentando-se, na atual gestão, aumento de 86% em relação a 2008, enquanto o quadro de professores e pesquisadores experimentou crescimento de 76%. Incremento significativo verificou-se igualmente em termos de gênero, aumentando a participação feminina em mais de 40%. Não menos importante foi o crescimento dos associados com origem militar, tanto em

termos profissionais, como em termos de estudantes da pós-graduação. Isso se refletiu na composição da próxima diretoria que, doravante, contará com dois membros de origem militar, mostrando como, na ABED, a cooperação civil/militar caminha bem, aspecto tão importante em uma Associação voltada para a análise da Defesa Nacional. Como um todo, no biênio que se encerra, o quadro de associados cresceu em 81 %.

Estreitamos nesses dois últimos anos os laços com as agências de fomento e com os órgãos do governo ligados às questões da Defesa, tanto no Executivo como no Legislativo. Em reunião que tivemos na CAPES, com o seu Diretor de Programas, em junho passado, professor Emídio Cantídio, foi reconhecida importância do Programa Pró-Defesa, concordando-se que os recursos devem priorizar o fortalecimento das áreas ligadas ao desenvolvimento do pensamento estratégico brasileiro. O Departamento de Ensino e Cooperação e o Departamento de Ciência e Tecnologia, subordinados à Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia, a SELOM, do Ministério da Defesa, têm nos apoiado, dentro de suas possibilidades, nossos pleitos.

Quanto ao CNPq, é preciso fazer-se especial registro. É sabido que, desde o final de 2008, a agência resolveu extinguir o comitê temático de defesa, relegando parecer de dois reconhecidos especialistas na área, os professores Eliézer Rizzo Oliveira e Antônio Jorge Ramalho que recomendaram não só o fortalecimento, mas até mesmo a expansão do referido comitê. Quase que na mesma época, o CNPq, ademais da extinção do comitê em questão, desconsiderou todas as propostas encaminhadas nos termos do Edital relativo à criação de institutos nacionais de pesquisa na nossa área. No meu pronunciamento no ano passado, quando do nosso Terceiro Encontro na Universidade Estadual de Londrina, fiz relato circunstanciado das posições que assumi como Presidente da ABED em relação a tais medidas, tão contrárias aos nossos interesses. Nossos reclamos não encontraram, contudo, qualquer repercussão na agência. Com a saída do então Presidente do CNPq, e a posse do novo titular, o físico Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, em janeiro deste ano, as coisas se aclararam para nós. O novo Presidente do CNPq, depois de um encontro com meus colegas do Núcleo de Estudos Estratégicos na UFF, atendendo nossas reivindicações, aceitou marcar encontro para se tratar do assunto. Acompanhado pelo deputado Raul Jungmann, Presidente da Frente Parlamentar da Defesa Nacional, e pelo assessor especial de Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa, Comandante Davi Santiago, especialmente convidado, reunimo-nos no com o Presidente do

CNPq. Após nossas conversações, ficou definido que teríamos reunião com o Ministro da Defesa visando apoio da Pasta ao desenvolvimento da área.

Igualmente bem sucedidas foram nossas gestões junto à Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República, primeiro durante a gestão do professor Roberto Mangabeira Unger e, no final do ano passado, com o novo Ministro, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que a par de referendar o decidido apoio ao ENABED IV, abriu amplas janelas de cooperação com a nossa entidade, compreendendo e valorizando a importância de nosso trabalho para a sociedade brasileira. A realização do ENABED IV dependeu do seu apoio franco e decidido.

Todos esses movimentos trouxeram preeminência a ABED. Propiciaram-lhe merecida projeção. Creio poder dizer que, embora nossa entidade seja ainda bastante recente, ela já demonstrou sua capacidade de se tornar conhecida, respeitada e considerada. Representando a ABED, fomos convidados pelo Congresso Nacional para diversas audiências públicas, tendo comparecido em diversos outros eventos em todo o País patrocinados por entidades públicas e privadas, inclusive, recentemente, pelo Ministério da Defesa. Nossa interlocução alcançou as Forças Armadas, o Congresso Nacional, a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDES), as fundações de amparo a pesquisa nos estados em que realizamos nossos encontros nacionais. Dentro de nossas possibilidades procuramos estender nossos vínculos com a comunidade internacional em nossa área de atuação, com especial ênfase com a que se situa em nosso contorno imediato, a América do Sul. Na nossa reunião deste ano mais de dez entidades da região se fazem presentes. Temos associados na Europa, Estados Unidos e, com orgulho, até mesmo em um país tão distante, como a Nova Zelândia. Nosso raio de ação, no Brasil, abrange, agora, uma rede integrada por participantes originários de 36 instituições universitárias, públicas e privadas. A rede é ainda maior, quando se considera os colegas que representam agências do governo Brasileiro, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ministério da Defesa, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério das Relações Exteriores, o Congresso Nacional, a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro, a Força Aérea Brasileira, além de 11 outras instituições de ensino e pesquisas das Forças Armadas.

Do ponto de vista propriamente operacional ou gerencial, criamos o nosso site e o nosso logotipo; organizamos nosso banco de Dados que agora já conta com mais de quinhentos pesquisadores cadastrados; informatizamos

nossa comunicação com os associados. Criamos, minimamente, uma secretaria de apoio. Implantamos mecanismo ágil de cobrança através de boletos e cartões de crédito. Lançamos o Boletim da ABED como meio de fortalecer nossos vínculos com os filiados. Transferimos nossa conta bancária para o Rio de Janeiro e agora contamos com banco privado que nos garante rapidez, eficiência e agilidade. Isso custou à atual diretoria persistência para se mover no espesso cipoal da burocracia: um ano de trabalho determinado. Lançamos, neste evento de 2010, o terceiro volume de nossa coleção, *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas* e, em 2009, na UEL, já havíamos trazido a lume o segundo.

Atendendo nossas reivindicações, o deputado federal Raul Jungmann conseguiu aprovar na CREDN, na Câmara Federal, emenda parlamentar para dotar a ABED de recursos regulares para melhor planejar e executar suas ações. Caso venha a vigorar, a entidade poderá vislumbrar, no futuro próximo, outros horizontes, mais largos e generosos, já que atualmente ela sobrevive tão somente do que arrecada de seus filiados, que é muito pouco. Olhando no retrovisor de nossa breve história, verifico com alegria que, o sonho de um pequeno grupo de colegas, reunidos em outubro de 2005, em uma mesa de bar em Caxambu, na 30ª reunião da ANPOCS, sob inspiração do professor Manuel Domingos Neto, então Vice-Presidente do CNPq, vicejou. A primeira diretoria, com espírito bandeirante, sob a liderança de João Roberto Martins Filho, Presidente, e Samuel Alves Soares, Secretário Executivo, conseguiu plantar e semear os frutos que agora colhemos. Os colegas que, em um ou dois mandatos, serviram nas duas diretorias - Cláudio Silveira, Delano Teixeira Menezes, Eduardo Munhoz Svartman, Maria Celina Soares D'Araújo, Suzeley Khalil Mathias, Tânia Godoy, Thomas Heye e Vágner Camilo Alves – deram passo a frente e se apresentaram para servir à comunidade. Contribuíram com dedicação e competência os compromissos que assumiram. Agora, com a esperada sufragação da nova diretoria, já que apenas uma chapa se apresentou para disputar a sucessão da atual diretoria, tenho certeza que o muito que ainda há de se fazer, a partir desse momento sob liderança do meu prezado e querido colega Samuel Alves Soares. Nessa nova diretoria, ressalto a continuação dos professores João Roberto Martins Filho e Eduardo Svartman, dessa vez ocupando novos cargos, enquanto servem pela primeira vez os colegas Alcides Costa Vaz, José Miguel Arias Neto, Sued Lima e William de Souza Moreira.

Quero agora, a título pessoal, propor breves comentários sobre o tema de nosso encontro, “Defesa e Segurança na América do Sul”. Proposto no

Terceiro Encontro da ABED, realizado no ano passado na Universidade Estadual de Londrina, UEL, ele foi aprovado por unanimidade pela assembleia geral ao final do evento. Creio ter sido por todos considerado o processo vivido pela nossa região que, no decorrer da primeira década do milênio, levou à criação da *União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)* e, entre os vários mecanismos de cooperação e parceria que daí surgiu, e que mais de perto nos interessa a instituição do *Conselho de Defesa Sul-Americano*, em dezembro de 2008. Através desse instrumento objetivava-se, entre outras metas, a elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares, participação em operações de paz, cooperação técnico-científica no campo da defesa, troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e, não menos importante, integração da base industrial de defesa. Tais alvos, que já são difíceis de ser divisados em sincronia pelos países componentes do Conselho, implicam, no plano da execução prática, na solução de questões de mais alta complexidade que, por certo, exigirão ainda muitos anos para sua implementação. Mas não é isso mais importante. O importante é que se colocou em marcha processo inédito de integração sul-americana, muito mais ambiciosa e generosa do que qualquer tentativa pretérita.

A criação da *União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)* e do *Conselho de Defesa Sul-Americano* resulta de longo e lento processo que vem de longe. Não é relâmpago fugaz em uma noite escura. No decorrer dos desdobramentos que levaram ao estágio em que nos encontramos, ao longo da linha do tempo, ocorreram fracassos e sucessos. Prevaleceu, não obstante, no substancial, o entendimento de que, em algum lugar do futuro, poderão ser ajustadas as diferenças particulares de cada país ao bem comum de todos. Esse não poderia deixar de ser, como tem sido, desde pelo menos a última década do século passado, a luta contra as terríveis desigualdades sociais e regionais, os graves desequilíbrios políticos frequentemente de índole autoritária e, no que diz respeito mais de perto ao que nos toca, à defesa e à segurança da região no cenário internacional, tendo em vista eventuais imposições contrárias aos seus melhores objetivos e interesses.

Na busca da concertação sul-americana trilhar-se-á caminhos próprios. Não se pode comparar o caso da situação sul-americana com o da europa. Entre nós prosperou uma sociedade dependente, penetrada pelo capitalismo internacional de cabo a rabo, nascida de uma situação colonial-capitalista-moderna, baseada na escravidão, articulada ao redor da burocracia estatal, marcada

por respiração política oscilante entre a democracia e o autoritarismo, prevalecendo muita mais a segunda, o autoritarismo, do que a primeira, a democracia, até muito recentemente. Muito diferente, portanto, da situação que prevaleceu nas sociedades organizadas pelo dinamismo burguês-liberal e, as vezes, burguês-estatal, lutando, por um lado, contra o *Ancien Régime* e, por outro, contra a classe trabalhadora emergente e os *lumpen* de todas as espécies, ou, como diz o conservadorismo francês de hoje em dia, *la racaille*, a ralé.

A posição relativa à integração sul-americana não encontra pacífico consenso entre os estudiosos brasileiros. Há os que advogam que o País, tendo se despregado da região, em termos de projeção econômica, encontra muito mais pontos de convergência com os chamados BRICS do que com o seu próprio entorno regional imediato. Outros defendem, como ponto de fuga em relação aos Estados Unidos, relações estratégicas especiais com a União Européia. Outros ainda, a luz dos elos que nos ligam aos tradicionais interesses estadunidenses, pregam o incremento da cooperação com os norte-americanos, mesmo ao preço de eventual perda de autonomia. A defesa de cada um desses pontos de vista envolve complexas argumentações; não poderei aborda-las, aqui e agora, com magnitude. Posso, entretanto, declinar, sem rebuços, minha opinião: pela história, e pelo destino, o futuro brasileiro está intrinsecamente atado ao porvir sul-americano, sendo que a recíprova me parece também verdadeira. Se as alianças e parcerias visando tal objetivo estão em processo de construção, a obtenção dos melhores resultados não serão facilmente atingidos. Haverá de se ter grandeza, porque a realização da meta não poderá, jamais, ser pensada como se fosse uma camisa de força aos interesses particulares de cada país na região. Não bastara apenas que as lideranças na América do Sul sejam apenas capazes de, com lucides, avançar o processo. Precisarão saber dialogar com suas sociedades, porque a construção da união sul-americana não poderá ser um mero pacto entre elites.

O mundo que aí está cerca-se de ameaças reais e potenciais. Elas são de variadas ordens. *São naturais* (terremotos, maremotos, inundações, escassez de água potável, poluição ambiental, buraco na camada de ozônio); *culturais* (xenofobia, etnicismo, racismo, fundamentalismo, limpeza étnica, discriminações de toda sorte, manipulações dos meios de comunicações afetando a objetividade e clareza das informações); *sociais* (violência urbana, narcotráfico, sistemas de segurança em crise); *jurídicas* (direitos humanos ameaçados, direito humanitário); *econômicas* (crises econômico-financeiras, recessões, morató-

rias, gargalos energéticos); *políticas* (crise da soberania nacional em declínio, instabilidades sistêmicas, fundamentalismos, situações de anarquia, unipolarismo-multipolarismo); *militares* (guerras de terceira e quarta gerações, guerras de quarta dimensão, demonstração de força, armamentismos, contrabando de armas, narcotráfico, piratarias, revoluções, conflitos violentos, terrorismos (com destaque para novas formas, bioterrorismo, terrorismo atômico), contra-terrorismo, insurgência e contra-insurgência, guerras e operações militares outras que a guerra (*peacekeeping*, *peace-enforcement*, ou uma combinação entre as duas), etc. Tais ameaças exigem complexas análises. Do ponto de vista propriamente militar demandam preparo operacional, capacitação profissional, treinamento conjunto e contínuo. No trato dessas questões realça-se a cooperação civil – militar, devendo-se distinguir, com clareza, os termos da parceria. Nenhum acadêmico jamais estará, por exemplo, a frente de uma operação militar no que diz respeito ao seu planejamento e implementação. Poucos entre nós sabem, sequer, carregar uma pistola. Mas a recíproca não será verdadeira. Há de se dispor, no contingente militar, de soldados de conhecimento, uma elite formada com critérios e requisitos próprios à formação acadêmica estrito sensu, capazes de liderar forças armadas cada vez mais bem treinadas e equipadas. O amálgama de civil-militar deve formar massa crítica capaz da formulação, em conjunto, do pensamento estratégico em mais alto nível. Há de se constituir sistemas de conhecimento que, assentados na cooperação civil-militar, e com financiamento do Estado, sejam capazes de pensar criticamente a região do ponto de sua defesa e segurança, em um mundo que desde muito tempo atrás experimenta vertiginosos processos de mudança em sentido global. Tanto no Brasil, como de resto em toda a América do Sul, longe se está de se alcançar tal estágio do ponto de vista institucional. Deve-se correr contra o tempo, porquanto tais instituições vicejaram nos Estados Unidos e na Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, tem-se mostrado bem, nos encontros da ABED, como isso é possível; o processo se encontra em marcha. Pessoalmente, é com natural satisfação que posso dizer que, na minha instituição, a Universidade Federal Fluminense, tenho desenvolvido, com bravos e queridos companheiros, projeto que deverá levar à criação do Instituto de Estudos Estratégicos, o INEST. Sob direção civil, e com apoio dos programas patrocinados pela CAPES e pelo Ministério da Defesa, o INEST assentará seus estudos e pesquisas na cooperação com as quatro instituições militares de altos estudos, a EGN, a

ECEME, a ECEMAR e a ESG. Sendo efetivada sua concretização, haverá tendência à replicação da experiência em termos nacionais.

Creio que, mais cedo ou mais tarde, coloca-se, no meu ver, a necessidade de se formar uma comunidade sul-americana voltada para os Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança Internacional. Como pesquisador, particularmente interessado na temática, organizei, neste nosso Encontro de 2010, Sessão Temática denominada *Comunidade Sul-Americana na Área dos Estudos Estratégicos*. Na ementa da atividade, assinalei a situação de insipiência dos estudos e pesquisas na área. O Brasil conhece pouco o pensamento estratégico de seus vizinhos e, reciprocamente, nossos vizinhos também pouco nos conhecem. Cada caso é sempre um caso, e, se é necessário atentar-se para as singularidades dos diversos países no continente no âmbito da temática em questão, parece-me urgente, até para dar lastro crítico e científico às políticas de nossos governos, a proposição de agenda de investigação que, do ponto de vista comparado, possa identificar tendências e interesses convergentes. Nesse caso, será preciso, e rapidamente, que se seja capaz de montar rede de pesquisas que atualizem a necessidade de se criar, desenvolver e fortalecer elos de intercâmbio de ideias e experiências entre os pesquisadores da região. Creio que está na hora de se pensar na criação de uma Associação de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança Internacional com dimensão continental.

A formação de uma comunidade sul americana de profissionais voltados para os estudos e pesquisas relativas à Defesa e Segurança Internacional da região não será tarefa fácil, embora já se possa encontrar algumas experiências pioneiras bem sucedidas. Não poderei, nesse espaço de tempo, evidentemente circunstanciá-las. Mas elas já se constituem em um começo. Resistências, desânimos, percalços, farão parte da marcha. Só o pensamento conservador valoriza a rigidez do empírico. *Eppur si muove; a terra se move, e como se move! Basta apenas atentar-se para as incríveis mudanças que modificaram o mundo nos três últimos séculos.*

A posição brasileira no processo de constituição dessa comunidade deverá supor algumas delicadezas. Não faltarão entre nossos vizinhos os que irão supor que, por detrás do empreendimento, escondem-se veleidades hegemônicas do Brasil. Dever-se-á, assim, no trato da questão, deixar-se claro que os brasileiros não reivindicam a direção, nem muito menos supõem que o centro organizador de tal comunidade fique em solo nacional. Contando, porventura, com maiores recursos para a construção da empreitada, deverão colocá-los à

disposição de todos, mormente dos menos favorecidos. A valorização do mérito - princípio maior da comunidade universitária - deverá pautar, entre todas as nacionalidades, a distribuição dos benefícios porventura obtidos através das agências brasileiras. Do lado brasileiro dever-se-á supor, tão somente, no exercício do intercâmbio científico, o direito à plena liberdade intelectual, entendida como patrimônio comum de todos.

Como declarei no início de minha intervenção, as ideias aqui propostas são de cunho tão somente pessoal, e não comi dirigente institucional. Moveu-me, com sinceridade, o propósito de contribuir para eventual debate sobre a questão proposta, isto é, a constituição de uma comunidade de pesquisadores sul-americanos e a criação de uma Associação que a ela dê força de execução.

As instituições falam através das ações de seus membros e dos valores que eles expressam. Entre esses últimos, três parecem-me essenciais: lealdade, gratidão e mérito. Quando são cultivadas as condições para sua permanência, cristalizam-se, no seio das comunidades onde passam a vicejar, no que nós, cientistas sociais, denominamos “cultura”. Uma vez constituída, ela molda e organiza a convivência das pessoas, geração após geração. Não posso deixar, assim, querendo que esses valores impregnem a nossa ABED hoje e sempre, de fazer necessários registros de pessoas e instituições que tornaram possível o evento deste ano.

Reafirmo meus sinceros agradecimentos ao Embaixador Samuel Pinheiros Guimarães, Ministro da Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República. Sem o seu forte e declarado apoio não poderíamos ter realizado este nosso encontro nas proporções em que o estamos efetivando. O Vice-Ministro, Professor Luis Alfredo Salomão, querido amigo, ofertou-me logo seu apoio ao assumir seu posto. Anteriormente, o coronel Orlando Almeida, assessor militar da Pasta, que não mais se encontra na Secretaria, ocupando agora outra, mas não menos significativa função no governo, igualmente levou seu efetivo suporte, distinguindo-me sempre com fidalguia e invariável cordialidade. Foi de grande importância para todos nós a participação do Professor Antônio Jorge Ramalho, pertencente à UnB, e atualmente assessor na SAE. Ele chamou para si pesadas tarefas relativas à organização de nosso Encontro. Nossos agradecimentos devem também ser estendidos aos seus colaboradores mais próximos na SAE, devendo ser citados nominalmente, Ana Paula Saad Calil, José Firmino Dias Lopes e Rafael Willadino Braga. A Marinha do Brasil, a direção da FINATEC e a reitoria da UnB, ontem aqui representada pelo nosso

prezado colega professor Eitti Sato, também generosamente contribuíram para a nossa reunião. Os agradecimentos estariam incompletos se não fizesse menção especial ao Brigadeiro do Ar Delano Menezes, abediano de primeira hora, atualmente Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Escola da Escola Superior de Guerra, e ao Tenente Brigadeiro Carlos Alberto Pires Rolla, Comandante-Reitor da ESG, que aviões da Força Aérea Brasileira à disposição dos nossos associados, reconhecendo a Força Aérea Brasileira, a FAB, mais uma vez, a importância de nossos estudos e pesquisas para o nosso País. A lista de agradecimentos é longa. Na mensagem dirigida aos associados em nosso último Boletim, já tive a oportunidade de expressá-la mais completamente. A simples listagem das entidades que patrocinaram esse Encontro demonstra, por si só, como entre nós da ABED, flui bem a parceria civil-militar baseada no respeito e na plena liberdade acadêmica.

Foi uma honra ter sido escolhido pelos meus pares para o exercício da função da Presidente da ABED, juntamente com meus colegas da diretoria no biênio que agora se encerra. Nutro por cada um dos meus companheiros, e por todos, sentimentos de admiração e respeito. Eduardo Svartman, João Roberto Martins Filho, Maria Celina Soares, Tânia Regina Godoy, Thomas Heye e Vágner Camilo Alves: muito grato a vocês todos, em meu nome e em nome dos que represento: vocês ofertaram o melhor de si mesmos em prol de nossa comunidade.

Desejo bom trabalho e boa sorte à gestão da diretoria eleita, agora liderada pelo meu querido colega, professor Samuel Alves Soares. Não tenho dúvidas que ele saberá fazer mais e melhor.

Muito obrigado.

Brasília, Julho de 2010.

